

JAMAIS FOMOS MODERNOS: Uma Reflexão sobre a Modernidade e a Atualidade¹

Carmen Lúcia Campos Guizze²

A Modernidade

Para Cambi (1999), a Modernidade apresenta-se como uma ruptura e uma revolução em vários âmbitos: geográfico, econômico, político, social, ideológico, cultural e pedagógico.

Como revolução econômica, acaba com um sistema econômico baseado na agricultura, para ativar, uma economia de intercâmbio baseada na mercadoria e no dinheiro, na capitalização, no investimento, na produtividade. Nasce o sistema capitalista, independente de princípios éticos, de justiça e solidariedade, para caracterizar-se, ao contrário, pelo puro cálculo econômico e pela exploração de todo recurso natural, humano e técnico.

Como revolução política, a Modernidade gira em torno do Estado Moderno, centralizado, controlado pelo soberano em todas as suas funções, atento à própria prosperidade econômica, organizado segundo critérios racionais de eficiência. Embora ancorado numa visão social da figura do rei, o exercício do poder se distribui pela sociedade através de um sistema de controle, de instituições (dentre elas a escola), às quais são delegadas a elaboração do consenso e a penetração de uma lógica estatal através da centralização e do controle da sociedade.

A Modernidade promove a formação e a afirmação de uma nova classe: a burguesia, que nasce nas cidades e promove o processo econômico capitalista, assim como delineia uma concepção de mundo laica e racionalista.

Do ponto de vista ideológico-cultural, a Modernidade opera uma dupla transformação: de laicização, emancipando a mentalidade da visão religiosa do mundo e da vida humana, ligando o homem à história e à direção do seu processo (a liberdade, o progresso); de racionalização, produzindo uma revolução profunda nos saberes que se legitimam e se organizam através de um livre uso da razão, a qual segue seus vínculos internos lógicos

¹ Artigo final da disciplina Seminários de Arquitetura, Ergonomia e Cognição II, Programa de Pós-graduação em Arquitetura, faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UFRJ, ministrada pelos profsssores Paulo afonso Rheingantz, Rosa Maria Leite Ribeiro Pedro e Mario Cesar Rodríguez Vidal, Rio de Janeiro, 2005.

² Mestranda do Programa de Engenharia de Produção, COPPE/UFRJ.

ou científicos, isto é, analíticos ou experimentais, opondo-se a toda forma de preconceito. Será o iluminismo que caracterizará de modo orgânico e explícito este novo modelo de mentalidade e de cultura.

A formação do homem orienta-se segundo novos valores, assim como os fins da educação, destinando-se esta a um indivíduo ativo na sociedade, liberado de vínculos, mundanizado, nutrido de fé laica e aberto para o cálculo racional da ação e suas conseqüências. Os meios educativos também mudam, toda a sociedade se anima de locais formativos, além da igreja e da família, como ainda da oficina; também do exército, da escola, bem como de novas instituições sociais (hospitais, prisões ou manicômios). Estes, agem em função do controle e da conformação social, operando no sentido educativo. A escola ocupa um lugar cada vez mais central, mais orgânico e funcional para o desenvolvimento da sociedade moderna: da sua ideologia (da ordem e da produtividade) e do seu sistema econômico (criando profissionais, competências das quais o sistema tem necessidade).

A sociedade moderna, na sua identidade educativa e no seu desejo de pedagogização, atribui um papel central à família e à escola. Na família, cria-se um modelo de formação privatizado e familiar; cria-se um saber pedagógico, médico e psicológico, da infância que nasce em virtude, sobretudo dos cuidados familiares. A moral da época impõe que se dê a todos os filhos, não só ao primogênito, e posteriormente também às filhas, uma preparação para a vida. A tarefa de assegurar tal afirmação é atribuída à escola. Uma escola que instrui e forma, que ensina conhecimentos mas também comportamentos, da racionalidade da aprendizagem dos diversos saberes e em torno da disciplina, da conformação programada e das práticas repressivas. Com a instituição do colégio (no século XVI), terá início um processo de reorganização disciplinar da escola e de racionalização e controle do ensino, através da elaboração de métodos de ensino/educação que fixavam um programa minucioso de estudo e de comportamento, o qual tinha ao centro a disciplina

Foucault (1987), enfatiza o minucioso controle que as instituições como a prisão, a escola, exército, etc. operam sobre o corpo. A escola disciplina os gestos e as posições do corpo, conformando-o (ou tentando conformá-lo) a um corpo “bem regulado”, que introjetou as boas maneiras e se submete à autodisciplina. A escola opera uma divisão produtiva do tempo, visando a organizá-lo, sem desperdícios. A eficiência na aprendizagem produz uma interiorização do uso produtivo do tempo, que deve

permanecer no centro da mentalidade do homem moderno, tanto no trabalho como na vida privada. Segundo Foucault, a escola, através da “vigilância hierárquica”, do “controle interno e contínuo”, da “sanção normalizadora” (o sistema de prêmios e castigos), tem função corretiva e capacidade de reafirmar o caráter regulativo do Normal. Através do exame, que caracteriza a escola moderna, instaura um poder sobre o sujeito, produzindo-o segundo as instâncias do Poder. Para Cambi (1999), isso significa que à escola foram atribuídos um papel e um perfil decididamente ideológicos da reprodução social da ideologia dominante, do poder e seus objetivos, seus ideais e sua lógica.

Segundo este autor, na educação moderna, emancipação e conformação têm funções essenciais. A conformação põe ênfase no homem socializado que é cidadão de uma sociedade mais aberta, mais articulada, na qual deve desempenhar um papel do qual depende a própria sobrevivência da articulação e da mobilidade social. A sociedade moderna exige mais disciplina, uma vez que se coloca na interioridade, na psique individual.

A emancipação corresponde às instâncias de liberdade (de classes, de grupos, de sujeitos) que constituem o elemento dinâmico daquela sociedade, e que, no campo educativo, se apresentam como resgate do indivíduo e da tradição, para submetê-lo apenas ao governo da Lei. Foi delegada à educação como emancipação, a formação do indivíduo, que é o centro motor da modernidade: o sujeito livre, autônomo e responsável, construtor ativo do próprio mundo, que se indaga de maneira sutil e crítica, que encontra em si mesmo o sentido do real.

Podemos considerar fundamental duas noções fundamentais que estão diretamente relacionadas ao moderno: a *idéia de progresso*, que faz com que o novo seja considerado melhor ou mais avançado do que o antigo; e a *valorização do indivíduo*, ou da subjetividade, como lugar da certeza e da verdade, e origem dos valores, em oposição à tradição.

O racionalismo se desenvolve a partir de Descartes e de seus seguidores, como Guelincx, Cordemoy, e Malebranche, porém não se pode dizer que este desenvolvimento seja linear a partir de Descartes e de seus seguidores. E sim que os grandes desenvolvimentos do racionalismo seguiram caminhos próprios em linhas sob muitos aspectos divergentes.

O liberalismo, no início da modernidade, é o correlato na política, do individualismo e do subjetivismo na teoria do conhecimento. A concepção da existência dos direitos naturais ao homem corresponde do ponto de vista epistemológico à concepção de idéias inatas e

de faculdades da mente que tornam possível o conhecimento. A valorização da livre iniciativa e da liberdade individual, tanto intelectual (racionalismo) quanto sensível (empirismo).

O problema central do liberalismo e da discussão política desse período parece ser assim a necessidade de conciliar as liberdades e os direitos individuais, concebidos como inerentes à própria natureza humana, com as exigências da vida em comunidade e, portanto, com o respeito ao direito do outro, imprescindível para o equilíbrio da vida social. No início do período moderno, a dissolução da ordem feudal, a contestação do poder temporal da Igreja e o combate a monarquia absoluta e ao estado centralizado, surgido principalmente na França do século XVII, criam a necessidade da busca e discussão de um novo modelo de ordem social, de organização política, de legitimação do exercício do poder, representado pelas teses dos teóricos do liberalismo e do contrato social.

O Iluminismo foi um movimento de pensamento característico que abrange não só o pensamento filosófico, mas as artes, a literatura, a ciência, a teoria política e a doutrina jurídica. Sendo considerado um movimento importante por refletir todo o contexto político e social da época. O grande instrumento do Iluminismo são as consciências individuais, autônomas em sua capacidade de conhecer o real, suas armas são: o conhecimento, a ciência e a educação. Seu pressuposto básico afirma que todos os homens são dotados de uma espécie de luz natural, de uma racionalidade, uma capacidade natural de aprender.

Para Chauí (2000), os modernos separaram fé de razão, considerando cada uma delas destinada a conhecimentos diferentes e sem qualquer relação entre si. Explicaram como a alma-consciência, embora diferente dos corpos, pode conhecê-los. Consideraram que a alma pode conhecer os corpos porque os representa intelectualmente por meio das idéias e estas são imateriais como a própria alma. Explicaram como a razão e o pensamento podem tornar-se mais fortes do que a vontade e como controlá-la para evitar o erro.

A teoria do conhecimento volta-se para a relação entre o pensamento e as coisas, a consciência (interior) e a realidade (exterior); em suma, o sujeito e o objeto do conhecimento. A racionalidade moderna pressupõe e desenvolve o primado da prática sobre a teoria, uma prática que tem como eixo o controle e a exploração dos objetos (o último destes será o próprio sujeito).

O racionalismo iluminista estabelece que o homem é indivíduo dotado de consciência autônoma, deve ser livre em relação à autoridade externa, política e religiosa que o domina e oprime, mas também em relação às suas próprias paixões, emoções e desejos.

Em Pedro (2003), temos Bruno Latour definindo a Modernidade não como uma época, mas como uma atitude. Esta envolve a operação conjunta de dois tipos de práticas distintas: a de “tradução” e “purificação”. A primeira cria misturas entre gêneros, híbridos de natureza e sociedade. A segunda gera duas zonas ontológicas distintas: a dos humanos e a dos não-humanos, a dos sujeitos e a dos objetos. Para Latour (1994), enquanto acreditávamos que essas práticas eram separadas e independentes, podíamos nos definir como modernos. A partir do momento que nos demos conta de sua simultaneidade, deixamos instantaneamente de ser modernos. Ao considerar que as práticas de tradução e purificação, embora aparentemente se oponham, nunca deixaram de atuar juntas, concordamos com a afirmação de Latour de que “jamais fomos modernos”. Segundo Latour, o paradoxo dos modernos se deu pela proibição de pensar os híbridos, o que aumentou sua proliferação. Os híbridos foram se tornando cada vez mais numerosos, as práticas de purificação deixaram de cumprir o seu papel, gerando a “crise da Modernidade”.

Pedro (2003), complementa as análises de Latour argumentando que a intensificação na produção dos híbridos teve como elemento decisivo a entrada da tecnologia na complexa relação entre natureza e sociedade.

A passagem à Atualidade

Segundo a autora, o cenário em que natureza, sociedade e tecnologia se misturam incessantemente, permite qualificar a passagem à Atualidade. Esta emerge como uma proliferação intensa de híbridos. Além disso, estamos imersos num mundo de transformações cada vez mais aceleradas, dada à mediação intensa promovida pelas novas tecnologias. As informações circulam de forma difusa e profusa, tornando-se rapidamente obsoletas.

Para Pierre Lévy (1993), da mesma forma que acontece com as identidades, a tecnologia também é algo que se torna naturalizado. Um exemplo disso é o fato de que dificilmente pensamos que a roupa que vestimos, que o quadro negro e o lápis que utilizamos para escrever sejam tecnologias. Eles habitam nosso cotidiano de tal forma que já fazem parte de nossa "natureza humana". Com Lévy podemos pensar a tecnologia como "tecnologias

da inteligência". Estas se articulam com nosso sistema cognitivo de tal forma que não conseguimos pensar sem seu auxílio.

Para o autor, as tecnologias transformam os modos de conhecer principalmente por duas razões. A primeira delas é por mudarem os agenciamentos interativos entre as pessoas: se as formas de interagir de determinada cultura são preponderantemente orais, elas tornam necessários agenciamentos espaço-temporais próximos; com a possibilidade da escrita, porém, é possível que as informações possam circular com uma distância espaço-temporal. A outra razão é que as tecnologias fornecem metáforas para pensar, constituindo-se como dispositivo técnico através do qual percebemos o mundo. Por exemplo, o conceito de máquina possibilitou a construção de um modelo de aparelho psíquico baseado nas idéias de a energia, de repressão, etc.

Latour (1994), afirma ser impossível falarmos de objetos técnicos purificados, isentos de qualquer determinação humana. Os objetos técnicos são na verdade dispositivos que mesclam um número tão grande de humanos quanto de não humanos. Para falarmos de sujeitos-objetos, é indispensável utilizar o conceito de rede.

Pedro (2003), remete à definição que Latour faz de "rede", como modo de configuração de nossa realidade sociotécnica. Segundo a autora, cada vez que um elemento trafega na rede, ele carrega consigo toda sua história, transportando-a para outros locais que não o seu de origem, estendendo seu alcance e transformando, assim, toda a rede. ..."Não se trata de vínculos estáveis e perfeitamente estabelecidos, mas antes de relações meta-estáveis que implicam numa permanente redefinição" (p.33).

A noção de rede de atores não é redutível a um ator sozinho nem a uma rede. Ela é composta de séries heterogêneas de elementos, animados e inanimados conectados, agenciados. A rede de atores deve ser diferenciada dos tradicionais atores da sociologia, uma categoria que exclui qualquer componente não-humano.

Latour aponta como importante a noção de rizoma proposta por Deleuze e Guattari (1995) para se pensar as características da rede.

Pensar a rede de atores como um rizoma nos permite, portanto, dizer que nela é possível a conexão de qualquer ponto com outro, ela não tem princípio, nem fim. Não há em seu âmbito nenhuma referência a uma unidade já dada, poderíamos aqui dizer que não há

referências sobrecodificadoras a respeito do que se passa no plano da rede. Embora uma rede possa ser rompida em qualquer ponto, ela sempre retoma. Por isso não é possível demarcar cortes, rupturas a partir de critérios de racionalidade estabelecidos fora da rede. Uma rede é um mapa e não um decalque, quer dizer, a rede de atores é aberta, heterogênea de modo que a princípio é possível estabelecer todo e qualquer tipo de conexão, sem que seja uma necessidade de direito a redundância de elementos-chave. Na linguagem de Latour podemos dizer que rede é sinônimo de híbridos, de quase-objetos; em outras palavras, a rede é o plano ontológico no qual os quase-objetos se situam. Enquanto a lógica da modernidade, assim como a da epistemologia, é a lógica do decalque, a lógica da rede é aquela do mapa. Sujeito e objeto não são pólos dados de antemão, mas construções possíveis no plano da rede. Ao tratar das ciências, Latour afirma um enfoque antropológico das ciências e das técnicas, não entendendo a palavra antropologia na sua referência ao antropos-homem, mas no estranhamento que comportam as pesquisas antropológicas das outras civilizações. É o caso aqui de nos tornarmos outros, híbridos de natureza e cultura. Além disso, com a palavra antropologia é importante frisar o sentido empírico, concreto de suas investigações. As ciências e as técnicas são investigadas no seu modo de construção, na rede de sua prática. Se na perspectiva epistemológica o empírico não tinha o poder de questionar uma distinção conceitual, aqui o domínio racional é efeito de uma prática, é imanente, intrínseco ao plano no qual ele se constrói. Retorno da potência do empírico, de sua inventividade e engenhosidade. Empírico não é sinônimo de indiferenciação. A rede de atores, em sua concretude, comporta diferenciações, ela é o plano onde serão construídas as distinções entre práticas científicas e práticas não-científicas. Entretanto, tais distinções não são justificadas a partir de um método racional. Elas não são *a priori*, mas *a posteriori*. É preciso acompanhar concretamente o modo como elas se constroem, se inventam, se produzem.

Uma rede, como um mapa, tem múltiplas entradas, por isso tratar da distinção entre ciência e não-ciência é uma questão de entrada na rede, não é uma escolha já marcada de antemão. Latour chama princípio de simetria a essa multiplicidade de entradas que uma rede comporta. Simetria porque não há uma entrada mais racional, mais coerente do que outra, pois isso seria próprio da lógica do decalque. Ciência e não-ciência são pontos da rede, como seus nós. O problema é acompanhar a construção dessa distinção e não pré-julgá-la. Existem assimetrias na rede, mas elas são construídas, são efeitos e não

pontos de partida. Assim, há uma assimetria na relação entre ciência e não-ciência, mas essa demarcação longe de ser pré-estabelecida, é efeito de embates e negociações intrínsecos à rede.

A atividade científica consiste numa certa aliança entre humanos e não-humanos. Não há cientista isolado, trancado em seu laboratório ou enclausurado em suas definições operacionais. A ciência se constrói como rede que conecta homens, máquinas, financiamentos, rancores, amores, invejas,... O que lhe é próprio é que, em sua produção, alguns dispositivos experimentais, ou conjunto de conhecimentos, são tomados como dados, estáveis ou como diz Latour, são colocados em caixas pretas. Tais caixas guardam um conjunto de dispositivos teórico-experimentais que conferem um sentido unívoco a certos dados, elas são forças ou interesses que confinam alguns conhecimentos. A caixa preta funciona como pontos de passagem obrigatórios construídos pelas ciências. Dito de outro modo, uma caixa preta opera uma substituição das diferenças provisórias próprias das redes por elementos e dispositivos tomados como seguros, duráveis, estáveis. Quanto mais uma ciência fecha caixas pretas, tanto mais estável ela se torna, tanto mais os conhecimentos por ela produzidos são tomados como pontos de passagens obrigatórios. Fechar caixas pretas significa produzir assimetrias. As ciências se diferenciam das demais práticas pelo número de conexões entre humanos e não-humanos que elas estabelecem e pelo número de caixas pretas que elas fecham. Assim, essa distinção é construída, fabricada, e a posteriori. Ela não está ancorada em nenhum ideal de racionalidade que escapasse ele mesmo desta fabricação. A análise de Latour toma a perspectiva simétrica como ponto de partida para acompanhar o modo como tais assimetrias são construídas. A distinção entre ciência e não-ciência é negociada na rede, ela não é dada de uma vez por todas. Ciência, crença, religião, arte, são nós da rede, modos diferenciados de estabelecer alianças segundo critérios que são sempre intrínsecos à rede, inerentes a seu plano.

No entanto, uma caixa preta como nó de uma rede comporta sempre um ponto vazante, uma abertura através da qual ela pode ser desfeita, desconstruída. É certo que uma tal desconstrução é pouco provável porque implica investimentos de alto custo. Além disso, abrir uma caixa preta implica remontar às condições iniciais de sua construção o que seria possível apenas se a rede fosse composta por relações lineares de causalidade. No entanto, embora improvável, a abertura de uma caixa preta é possível. Esse ponto não pode ser negligenciado sob o risco de deixarmos passar despercebido o caráter de

instabilidade e incerteza intrínseco à ciência. Instabilidade que pode ser remetida à própria noção de rede à medida que ela não tem direções previsíveis e que, ao mesmo tempo, se dobra no coração da ciência, isto é, nos seus métodos, nos seus princípios de inteligibilidade. Lançar um olhar simétrico sobre as ciências e suas práticas significa nos colocarmos nesses pontos de incerteza, de possibilidade de diferir, ponto de cruzamento entre a produção científica e a sua fabricação. Correr os riscos de estarmos nesse lugar, de pesquisarmos sem termos as respostas como garantias prévias, parece que é o que Latour nos convida a fazer.

Como pesquisadores, sabemos que esses conceitos têm um caráter ético-político determinado; implicam mudanças na vida escolar, na formação dos professores, nos processos de administração da educação; e dependem, portanto, de uma mudança de mentalidade muito mais ampla, de uma verdadeira revolução ético-política que não se realiza, certamente, de forma independente, apenas no sistema educacional ou no ambiente escolar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CAMBI, F. – *História da Pedagogia*. São Paulo, Editora UNESP. 1999.
- CHAUÍ, M. – *Convite à Filosofia*. São Paulo, Editora Ática. 2000.
- DELEUZE, G. & GUATTARI, F. Introdução: Rizoma. In: _____ *Mil Platôs. Capitalismo e Esquizofrênia*, vol. I. Rio de Janeiro, Ed. 34, 1995.
- FOUCAULT, M. – *Vigiar e Punir*. 5ª edição. Petrópolis, Editora Vozes. 1987.
- LATOUR, B. *Jamais Fomos Modernos- Ensaio de Antropologia Simétrica*. Rio de Janeiro. Editora 34. 1994.
- LÉVY, Pierre.- *As tecnologias da inteligência*. Rio de Janeiro: 34, 1993.
- PEDRO, R. – *As Redes na Atualidade: refletindo sobre a produção do conhecimento in: Tecendo o desenvolvimento:saberes, gênero, ecologia social*. Rio de Janeiro. MAUAD Editora. 2003.